

Como todos nós sabemos, a greve é um direito constitucional e uma ferramenta legítima que todo trabalhador(a) tem para cobrar aumento salarial, melhores condições de trabalho, respeito e dignidade, para que possamos ter reconhecimento e alimentarmos nossa estima. O que vivenciamos dentro deste movimento foi um fato inédito na categoria, onde independentemente de partidos, centrais e correntes políticas, todos os 35 sindicatos puderam mostrar para a direção da empresa e governo que nós trabalhadores exigimos a contra partida. Com covardia, ameaças e pressões que imaginávamos que só existiam em regimes ditatoriais, podemos presenciar nesse governo e nessa diretoria empresarial que se intitulava e se diz de "trabalhadores" uma das piores e frustrantes discussões sobre data base. Pensávamos que com a entrada de ex-sindicalistas dentro do Ministério das Comunicações e da diretoria da empresa as discussões seriam tratadas dentro de uma

dinâmica onde toda essa lambança pudesse ser evitada. Ledo engano. O que vimos foi um presidente de uma empresa de grande projeção no cenário nacional e internacional, a priori chamado para resgatar todo o conceito da mesma e a auto estima do trabalhador que foi massacrado e explorado por gestões anteriores, se ridicularizar e a todo momento mentir para a imprensa que a greve a cada dia enfraquecia e que o trabalhador estava retornando ao trabalho. Fato este desmentido pelo TST que não acatou o pedido da empresa para manter 70% nos seus postos de trabalho. Enaltecemos a resistência e a coragem daqueles que durante 28 dias não se intimidaram e muito menos se curvaram com as ameaças covardes por parte da direção da empresa e do governo. Sabemos que esse acordo imposto pelo TST não atende as nossas ansiedades e expectativas, mas podemos mostrar para aqueles que por algum motivo não aderiram

ao movimento que vale a pena lutar por um ideal mesmo sabendo que encontraremos pelo caminho o poder da burguesia. O que não podemos deixar é que esse poder destrua a nossa capacidade de lutar.

Que não sejamos submissos, que não deixemos ser explorados e comprados com tiquetes por exercer trabalhos extenuantes e além das duas horas extras, nem com churrascos de confraternização por ter trabalhado nos dias de greve. Não concordamos com o resultado do julgamento, mas acatamos. Não concordamos que a culpa do movimento seja atribuída totalmente aos trabalhadores, sindicatos e federação, conforme disse um ministro do TST. Como bem sabemos, não houve abusividade alguma neste movimento. Se tivemos perdas como está sendo divulgado por alguns "pelegos" foi por incompetência dos Sindicalistas Gestores que não souberam em momento algum respeitar os anseios da categoria e pela caneta de nossos renomados juízes do TST.

DIRETORIA DO SINTECT/JFA



Fundado em 21 de novembro de 1988
Filiado a FENTECT CUT

Notícias Sindicais

Setembro e outubro de 2011

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telefônica e Similares de Juiz de Fora e Região

www.sintectjfa.org.br

Especial GREVE!!! Nunca vimos na história uma greve desta



Este foi o ano de uma das maiores greves da história dos Correios. Nesta greve, os trabalhadores radicalizaram e foram às últimas consequências, não se intimidando com as ameaças sofridas e enfrentando de peito aberto o Governo, a administração da ECT e principalmente os seus próprios medos em busca de dignidade. Dignidade esta que todo trabalhador ecetista almeja.

A greve se deu pelas condições precárias de trabalho, pela falta de contratação e sobrecarga no setor de trabalho. Esta greve nasceu dentro dos setores, organizada pela revolta dos próprios trabalhadores. Sindicatos que nunca organizaram greve tiveram que atender os apelos dos trabalhadores e promover a luta, e provamos para o governo e principalmente para a administração da empresa que não aguentamos mais esta situação e iremos até as últimas consequências para termos condições dignas de trabalho.

As questões econômicas também foram fator importante neste contexto, pois é claro e evidente que nenhum trabalhador(a) ecetista hoje suporta este piso salarial que nos faz ter vergonha de apresentarmos nossos contra cheques, piso este que é o menor dentre as estatais, fazendo com que nós trabalhadores quando se aposentam não possam descansar, pois não conseguimos sobreviver com as baixas aposentadorias que este piso ridículo proporciona, após anos de dedicação. Por isso radicalizamos e mostramos a este governo e a esta administração que não vamos mais vender nossa dignidade por abono nenhum.

Outra situação que está na mente dos trabalhadores(as) é a MP 532 que fora sancionada pela Presidenta Dilma logo após o início de nossa greve que promove a transformação da ECT e não garante nada a nós trabalhadores. A única garantia que temos é que se a empresa se transformar em sociedade anônima S/A, perdemos automaticamente a OJ

247 que garante a estabilidade de todos os Ecetistas, e a o risco de demissões é real, pois a

ECT há tempos contesta no Supremo Tribunal Federal (STF) a nossa OJ. Por que será?

Após quase 75 dias onde o Comando de Negociação dos trabalhadores esteve à disposição da ECT para negociar e discutir o nosso ACT 2011/2012, a nova direção dos Correios, ignorando os anseios da categoria e utilizando de métodos ditatoriais para reprimir e coagir os grevistas e não grevistas, levou a discussão para o TST, mostrando desta forma a intransigência e o desinteresse em dialogar com os trabalhadores, quebrando toda a esperança que tínhamos com a nova administração, na qual confiávamos e esperávamos, mesmo sabendo das dificuldades que por porte desses nunca faltaria o diálogo ausente por anos dentro da ECT.

O trabalhador ecetista resistiu até o fim, não cedendo às imposições da ECT, mostrando que realmente não aguenta mais esta situação de deriva pela qual a nossa empresa passa. A desorientação dos gestores é tamanha que não respeitam nem as decisões proferidas pela instância máxima da justiça do trabalho, o TST, que impôs aos trabalhadores e a ECT que a compensação dos 21 dias fosse feita aos sábados e domingos, respeitando os intervalos legais (pausa para o almoço, limite de duas horas extras, repouso de no mínimo onze horas entre uma jornada e outra e repouso semanal remunerado). Este fato mostra que esses gestores extrapolaram todos os limites da razão e do bom senso, julgando-se acima de tudo e de todos.

No julgamento do dissídio aconteceu o esperado, a defesa dos interesses do governo e a última proposta da empresa foi mantida inclusive com o desconto de parte dos dias parados e a compensação dos demais, mesmo com a greve não ter sido considerada abusiva e

o Ministro relator Maurício Godinho dar parecer contrário a estes descontos. A seção do dissídio determinou o fim da greve e o retorno aos trabalhos a partir do dia 13/10, pondo fim a uma das maiores greves dos Correios, mas isso não gerou sentimento de derrota ao movimento, pelo contrário mostrou que a categoria está ciente da importância deste momento, e que está pronta para que, se preciso for, ir novamente à luta para defendermos condições dignas de trabalho, piso salarial decente e um Correios 100% público e de qualidade.

O acordo coletivo de trabalho (ACT) foi reeditado com alterações nas cláusulas 20 (desconto assistencial), 52(reajuste salarial) e 61(vale alimentação e refeição), que definiu reajuste salarial de 6,87% a partir de Agosto de 2011, R\$ 80,00 de aumento linear a partir de outubro de 2011, cesta básica de R\$ 140,00 e vale de R\$ 25,00 somando R\$ 715,00 de segunda a sexta e R\$ 815,00 de segunda a sábado, auxílio dependentes especiais R\$ 611,00, quebra de caixa de R\$ 150,09 sem banco postal e R\$ 200,11 com banco postal, reembolso creche R\$ 384,95 e vale transporte e jornada de trabalho "in itinere" R\$ 558,39. Estes valores representam 16,7% de reajuste no piso da categoria que passa para R\$ 947,00, mostrando que a mobilização dos trabalhadores é importantíssima, pois saímos de uma proposta determinada pelo governo de apenas repor a inflação de 6,87% para um acordo imposto pelo TST de 16,7% no piso e um ganho médio para a categoria de 15% de aumento com um ganho real de 8%.

Você sabia ?

Greve: ganhos e impasses

Por Reginaldo de Freitas,
diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA



Justiça do trabalho
considera ilegal
descontos da
remuneração dos
dias de paralisação

Por Sandro Alves Tavares,
assessor jurídico do Sintect/JFA

Em 14/09/2011, foi iniciado o movimento paretista da categoria dos empregados da ECT em Juiz de Fora/ MG e região da zona da mata compreendida pelo sindicato. A paralisação foi pacífica e ocorreu em razão de diversas reivindicações da categoria. Ocorre que, desde o início da greve, a ECT tem violado a legislação pertinente ao tema, e ameaçou "cortar os pontos" dos empregados que aderissem ao movimento paretista, como de fato o fez!

Ora, o direito de greve é reconhecido constitucionalmente (artigo 9º) tratando-se de direito fundamental. A lei 7.783/89, ao disciplinar, no artigo 7º, as consequências da paralisação das atividades, diz que as relações obrigacionais durante o período serão regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho. De posse destas informações o SINTECT/JFA impetrou com ação na justiça do trabalho para ver preservada a remuneração dos Ecetistas, o que, em brilhante decisão, a 5ª Vara do Trabalho concedeu liminar para que a empresa não processasse os descontos dos dias em virtude da greve, respeitando-se assim, o direito fundamental à greve pelo Trabalhador.

Portanto, não se pode atribuir legalidade ao ato empresarial de querer descontar os dias em razão da greve. A Lei veda o desconto e discerne claramente de que não poderá haver prejuízo ao empregado quando estiver exercendo seu direito a greve. Assim, com a liminar todos os Ecetistas abrangidos pelo SINTECT/JFA se encontram protegidos contra os descontos e caso isto ocorra, há multa diária contra a empresa.

Você sabia que a greve dos Correios, iniciada no dia 14 de setembro de 2011 e com o término arbitrado pelo TST no dia 11 de outubro do mesmo ano, foi a maior greve acontecida nos Correios? E que, o mais triste de relatar, foi no governo eleito por mais de 40 milhões de trabalhadores(as) e que assumiu em campanha, com as Centrais Sindicais, um projeto de governo para a classe trabalhadora?

Permitiram assim que iniciássemos um grande movimento paretista que contabilizou um prejuízo à ECT superior a R\$360 milhões, com 28 dias de paralisação.

Por falta de diálogo e negociação da Empresa, nosso acordo foi arbitrado pelo TST. Houve ganhos com referência à proposta da ECT, outrossim, politicamente, saímos ganhando, pois doravante a categoria que foi à luta nesta grande greve terá o respeito do governo federal e da ECT.

Somos com certeza valorosos trabalhadores(as) conscientes do respeito que devemos a nós outros e capazes de precificarmos a nossa força de trabalho bem como a nossa dignidade.

Nossa greve teve como objetivo principal salário digno, condições dignas de trabalho, contratações e segurança. Por isso, houve a grande adesão de companheiros(as), já cansados da grande carga de trabalho, das cobranças absurdas de metas, entre outras.

O ministro Maurício Godinho Delgado em sua relatoria deixou claro que o nosso movimento não foi abusivo e que não houve excessos, que estamos de parabéns. Assim sabemos fazer a luta, diferentemente de ex-sindicalistas que "não sabem, não querem ou não têm vontade de negociar", e optam pela trulucência por mais sutil que seja. Estamos despertos, senhores, para que a tirania não vença.

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telefônica e Similares de Juiz de Fora e Região - Sintect/JFA
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@ig.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes (Índio) - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1500

28 dias de greve da categoria



✚ Durante a greve, houve passeatas, atos e assembleias

✚ Trabalhadores nos Correios e bancos, em greve, se reuniram em passeata que percorreu várias ruas de Juiz de Fora



✚ Trabalhadores da CAC/Barbacena participaram do movimento paredista